

Demonstrações Financeiras

Individuais

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.



2025

Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido... 6

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 18

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro de R\$ 10.944 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 57.571 mil e Ativos Totais de R\$ 68.761 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante		54.979	39.862
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	50.101	35.850
Valores a Receber	7	4.729	3.756
Outros créditos		149	256
Não Circulante		13.782	15.020
Créditos Tributários	16c	1.824	1.532
Intangível	8	11.958	13.488
Total do ativo		68.761	54.882

	Nota	2025	2024
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		11.190	8.151
Salários e Ordenados		6.703	5.544
Impostos e Contribuições a Recolher	16e	4.338	2.216
Dividendos a Pagar		104	22
Outros Passivos		45	369
Patrimônio Líquido		57.571	46.731
Capital Social	9a	44.430	44.430
Reservas de Lucros		13.141	2.301
Total do passivo e Patrimônio Líquido		68.761	54.882

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		41.196	23.044
Receita Líquida de Prestação de Serviços	10	41.196	23.044
Receita de Prestação de Serviços		42.019	23.514
Impostos e contribuições sobre serviços		(823)	(470)
Despesas Operacionais		(29.748)	(20.351)
Despesas de Pessoal	11	(22.062)	(15.239)
Despesas Tributárias	12	(4.120)	(2.309)
Despesas Gerais e Administrativas	13	(3.566)	(2.803)
Resultado Financeiro		5.000	2.790
Receitas financeiras	14	5.000	2.790
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.448	5.483
Imposto de Renda e Contribuição Social	16a	(5.504)	(1.839)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		10.944	3.644

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	10.944	3.644
Total do Resultado Abrangente do Exercício	10.944	3.644

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.001	-	-	(1.321)	2.680
Aumento de capital	40.429	-	-	-	40.429
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	3.644	3.644
Reservas	-	116	2.185	(2.301)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.430	116	2.185	-	46.731
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.944	10.944
Destinações:					
Reservas	-	547	10.293	(10.840)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(104)	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	44.430	663	12.478	-	57.571

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.448	5.483
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	1.530	1.941
Amortização	1.530	1.941
Lucro Líquido Ajustado	17.978	7.424
(Aumento) em Valores a Receber	(973)	(224)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	107	(58)
Aumento em Salários e Ordenados	1.159	2.730
Aumento em Impostos e Contribuições a Recolher	398	538
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(1.386)	58
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.010)	(827)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	14.273	9.641
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangíveis	-	(15.429)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	(15.429)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	-	40.429
Dividendos Pagos	(22)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(22)	40.429
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.251	34.641
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	35.850	1.209
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	50.101	35.850
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.251	34.641

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (Sociedade) é uma empresa que tem por objetivo desenvolver atividades próprias relacionadas à cadeia do agronegócio para a intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e negócios realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4o andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de abril de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

2.4. Outros Ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.5. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 a 5
Carteira de clientes	4 a 5
Sistemas de Processamento de Dados	5

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (Impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.8. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações.

b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.9. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 16.

2.11. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.12. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

2.13. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos,

instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável,

Notas Explicativas da Administração e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Certificado em Depósito Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	50.101	35.850
Total	50.101	35.850

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Serviços de Correspondente Bancário	4.643	3.756
Serviços relacionados plataforma de Marketplace	86	-
Total	4.729	3.756

8. INTANGÍVEL

	Taxa Anual	Custo	Amortização	Impairment	Custo líquido de amortização	
					Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Sistemas de Processamento de Dados	20%	15.429	(3.471)	-	11.958	-
Total em 31 de dezembro de 2025		15.429	(3.471)	-	11.958	-
Total em 31 de dezembro de 2024		15.429	(1.941)	-	-	13.488

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

Quantidade de Ações	2025	2024
Ordinárias ⁽¹⁾	64.356.110	64.356.110
Total	64.356.110	64.356.110

(1) Em 30.1.2024, houve aumento do capital social no valor de 40.429 elevando-o de R\$ 4.001 para R\$ 44.430, sendo R\$ 15.429 mediante a conferência de ativos intangíveis e R\$ 25.000 em moeda corrente nacional;

b) Reservas de Lucros

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Reservas de lucros	13.341	2.301
- Reserva legal ⁽¹⁾	663	116
- Reserva estatutária ⁽²⁾	12.478	2.185

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Em 31 de dezembro

	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	10.944		3.644	
Absorção do Prejuízo Acumulado	-		(1.321)	
Reserva Legal	(547)		(116)	
Base de Cálculo	10.397		2.207	
Dividendos Propostos	104	1,0	22	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo;

10. RECEITA LIQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Receitas de Correspondente Bancários	41.546	23.496
Receitas de Marketplace	473	18
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	(823)	(470)
Total	41.196	23.044

11. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Proventos e Gratificações	14.863	10.194
Encargos Sociais	4.744	3.689
Despesa de Benefícios	2.445	1.356
Despesas com Treinamento	10	-
Total	22.062	15.239

12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Contribuição à Cofins	3.393	1.899
Contribuição ao PIS	726	406
Outras	1	4
Total	4.120	2.309

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Amortização de Intangível	1.530	1.941
Serviços de terceiros	1.473	737
Campanhas e eventos internos	343	-
Doações e Patrocínios	66	-
Outros	154	125
Total	3.566	2.803

14. RESULTADO FINANCEIRO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Receitas financeiras	5.000	2.790
Rendimento de Aplic. Fin. em CDB	5.000	2.790
Total do Resultado Financeiro	5.000	2.790

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimentos S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.101	35.850	-	-
Banco Bradesco S.A.	50.101	35.850	-	-
Valores a receber	4.643	3.756	-	-
Banco Bradesco S.A.	4.643	3.756	-	-
Dividendos a pagar	(104)	(22)	-	-
Bradesco Holding Investimento S.A.	(104)	(22)	-	-
Receita de prestação de serviços	-	-	40.694	23.496
Banco Bradesco S.A.	-	-	40.694	23.496
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	5.000	2.790
Banco Bradesco S.A.	-	-	5.000	2.790

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	16.448	5.483
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(5.592)	(1.864)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(29)	-
Outros valores	117	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.504)	(1.839)

Notas Explicativas da Administração e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.796)	(2.381)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias	292	631
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	-	(24)
Prejuízo fiscal	-	(65)
Total dos impostos diferidos	292	542
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.504)	(1.839)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2024	Constituição	Realização	2025
Provisão para participações nos lucros	1.532	1.042	(750)	1.824
Total dos créditos tributários	1.532	1.042	(750)	1.824

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	1.341	483	1.824
Total	1.341	483	1.824

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$1.785 (2024 – R\$ 1.469) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da E-Agro foram devidamente ativados.

e) Impostos e contribuições a recolher

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
IRPJ	1.554	637
CSLL	749	309
INSS	676	270
PIS e COFINS	625	460
IRRF	394	347
FGTS	224	97
ISS	113	96
Outros	3	-
Total	4.338	2.216

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

Notas Explicativas da Administração **e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.**

- b)** A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
- c)** Não houve eventos subsequentes que necessitem ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Daniel Gomes de Araujo
Contador – CRC 1SP280362/O-8



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e Administradores da

e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9



bradesco